



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**

Rua Sorbone, 375, ., Centreville - CEP 13560-760, Fone: (16) 3368-3260, São Carlos-SP - E-mail: saocarlosjec@tjsp.jus.br

**TERMO DE AUDIÊNCIA DE TENTATIVA DE CONCILIAÇÃO**

Processo nº: **0002538-46.2016.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer**  
 Requerente: **EVANILDE PORTO DA ROCHA PEREIRA- desacompanhado(a) de advogado.**  
 Requerido: **Claro S/A - Representado(a) pelo preposto(a) Sr(a). Kellin Vanessa de João, RG. 27196725, CPF. 195.114.688-39 com sua Advogada Dra. GISELE CRISTINA BONFIM SALVINO OAB/SP 270.334.**

Aos 02 de agosto de 2016, às 17:00h, na sala de audiências da Vara do Juizado Especial Cível, do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do **MM Juiz**, comigo escrevente ao final nomeado, foi aberta a audiência de tentativa de conciliação, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Apregoadas, constatou-se o comparecimento das partes, bem como de seu(s) advogado(s) e representantes, acima identificados. Proposta a conciliação esta foi aceita pelas partes nos seguintes termos: **1-A** requerida pagará à requerente, por conta de todo o débito, o valor de **R\$-180,00**, em **uma única parcela até o dia 05/09/2016**; **2-O** pagamento será efetuado diretamente na conta corrente da autora, **Banco do Brasil S/A - Agência 3062-7 C/C 21865-0, (CPF. 063.111.888-80, nascimento 06/12/1962)**, e o(s) comprovante(s) de depósito servir(ão) como recibo; **3-Tornam** definitivo o ponto adicional (incluso no combo); **4-Qualquer** alteração do plano contratado, o benefício do item "3" será cancelado automaticamente; **5-O** não pagamento da parcela, implicará no vencimento antecipado além de **multa de 10%** sobre o saldo remanescente da dívida. Pelo MM. Juiz Dr. **Silvio Moura Sales** foi dito: *"Vistos. Homologo, para que tenha eficácia de título judicial, o acordo a que chegaram as partes. Há resolução do mérito nos termos do art. 487, III "b" do C.P.C. Decorridos 5 (cinco) dias do prazo previsto para o pagamento da parcela, sem qualquer manifestação em sentido contrário ao pactuado, façam-se as anotações de estilo, providenciando-se a baixa definitiva e arquivamento dos autos digitais, presumindo-se cumprida a obrigação (Seção V, item 14.2.1 do Prov. 806/03). Publicada nesta audiência, REGISTRE-SE". E.T. As partes pedem a desistência do prazo recursal, o que é homologado pelo MM Juiz. Saem os presentes intimados e cientes de que este termo será visualizado nos autos virtuais somente com a assinatura digital do MM Juiz, porquanto o impresso e assinado pelas partes, não será digitalizado para os autos, eis que ficará arquivado cartório, pelo prazo máximo de até 2 (dois) anos. NADA MAIS. Eu, Edilson de Oliveira Santos, Escrevente Técnico Judiciário, digitei.*

**MM Juiz:**

Requerente(s):

Preposto:

Adv. Requeridos(s):

DOCUMENTO TAMBÉM ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA